

Conhecimentos Específicos

01) O art. 150, VI, b, da Constituição Federal de 1988 preconiza que: "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto." Analisando o dispositivo referido, o Supremo Tribunal Federal entendeu que:

"O Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que não cabe à entidade religiosa demonstrar que utiliza o bem de acordo com suas finalidades institucionais. Ao contrário, compete à Administração tributária demonstrar a eventual tredestinação do bem gravado pela imunidade. Nos termos da jurisprudência da Corte, a imunidade tributária em questão alcança não somente imóveis alugados, mas também imóveis vagos. Agravo regimental a que se nega provimento."

(ARE 800395 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 28/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)

Analisar as assertivas abaixo e assinalar a alternativa **CORRETA**:

- a) Trata-se de hipótese de um benefício isencional concedido às entidades religiosas, contraditório ao sistema constitucional vigente, que alça a República Federativa do Brasil como um estado laico.
- b) O princípio da imunidade religiosa abarca todos os tributos de competência do Município, inclusive o IPTU sobre imóveis vagos ou alugados.
- c) O culto protegido pela garantia constitucional deve prestigiar a fé e os valores transcendentais que a circundam, não podendo colocar em risco a dignidade das pessoas, a igualdade e sobretudo os parâmetros da proteção à dignidade da pessoa humana, sob pena de não ter o reconhecimento para os fins de imunidade tributária.
- d) A vedação aos Municípios para a instituição de impostos às entidades religiosas compreende somente o patrimônio e os serviços, relacionados com as suas finalidades essenciais.
- e) A imunidade tributária para o pagamento do IPTU depende de lei municipal, em atendimento ao princípio da legalidade tributária, no âmbito do Município, enquanto ente federativo.

02) Considere as seguintes assertivas:

- I – O Decreto-Lei nº 201/1967, que "Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências", apesar de editado durante o regime militar, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.
- II – O Decreto-Lei nº 201/1967 prevê as hipóteses de crimes de responsabilidades cujo julgamento é da Câmara Municipal, podendo o Prefeito, após o devido processo legal, perder o seu mandato.
- III – Dentre outros, são crimes de responsabilidade do Prefeito: descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro; praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática; omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;
- IV – A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando: utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa; fixar residência fora do Município; proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Agora, assinalar a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- b) As assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

03) Com relação ao regime jurídico da Fazenda Pública no Direito Processual Civil, considere as seguintes afirmações:

- I – Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- II – As Câmaras Municipais são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno e detêm plena capacidade para estar em Juízo.
- III – Nas execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública, os pagamentos devidos em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivo, não se aplicando essa determinação aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- IV – É admissível a ação monitória contra a Fazenda Pública.

Agora, assinalar a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

04) Segundo a Constituição Federal de 1988, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **EXCETO**:

- a) Preservar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

05) Considerando a atuação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: idade superior a trinta e cinco e inferior a sessenta e cinco anos; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- b) Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, considerando-se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.
- c) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e o parecer prévio, emitido sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- d) Das decisões definitivas proferidas pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras caberá recurso ordinário, que terá efeito suspensivo e devolutivo.
- e) A prescrição e a decadência são institutos de ordem pública, abrangendo as ações de fiscalização do Tribunal de Contas; entretanto, o reconhecimento da prescrição e da decadência não poderá dar-se de ofício pelo relator, mas é possível mediante provocação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ou requerimento do responsável ou interessado.

06) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A cassação de direitos políticos só se dará nos casos de: cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos da Constituição Federal de 1988; improbidade administrativa, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- b) Para eleger-se e tomar posse no cargo de Vereador, é necessária a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de 09 (nove) membros.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) Todo o poder emana do povo, que o exerce apenas por meio de representantes eleitos nos termos da Constituição Federal.

07) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Equipara-se a funcionário público, como sujeito ativo de crime contra a administração pública, o leiloeiro oficial, o juiz leigo e o conciliador quando estiverem a serviço do juízo. Não é considerado funcionário público, para tal efeito, o síndico da falência.
- b) Para efeitos penais, o conceito de funcionário público difere daquele previsto no direito administrativo, abrangendo toda pessoa que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública.
- c) O funcionário público pode cometer crime de desobediência, se destinatário de ordem judicial, e, considerando a inexistência de hierarquia, tem o dever de cumpri-la.
- d) Considerando que, para efeitos penais, funcionário público é quem exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública, o detentor de cargo em comissão não é equiparado a funcionário público para fins criminais.
- e) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

08) Relativamente aos crimes cometidos contra a Administração Pública, analise as assertivas abaixo:

- I – Aquele que atribui a si mesmo a prática de crime inexistente ou que foi cometido por terceiro, pratica o delito de comunicação falsa de crime.
- II – O agente que visa a tornar seguro o proveito do delito, fora dos casos de coautoria ou de receptação, pratica o crime de favorecimento pessoal.
- III – Deixar a autoridade policial, por indulgência, de responsabilizar agente policial que cometeu infração no exercício do cargo, comete o crime de prevaricação.
- IV – O funcionário público que solicitar para si, diretamente, em razão de sua função, vantagem indevida, comete o delito de corrupção passiva.

Agora, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva IV está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

09) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, inclusive aqueles afetados por leis temporárias ou excepcionais.
- b) Considera-se tempo do crime o momento da ação ou omissão, porém se o resultado ocorrer em outra ocasião, nesta será considerado praticado o crime.
- c) A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mesmo tendo sido decididos por sentença irrecorrível.
- d) A lei excepcional ou temporária, depois de decorrido o tempo de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- e) A *abolitio criminis* tem como consequência prática o desaparecimento de todos os efeitos penais decorrentes da conduta praticada pelo agente, exceto aqueles relativos aos fatos definitivamente julgados.

10) Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Administração Pública se orienta pelas diretrizes traçadas pelos princípios expressos, assim consignados como aqueles indicados na Constituição Federal de 1988, dentre os quais se destacam os princípios da legalidade, da supremacia do interesse público e da eficiência.
- b) O princípio da autotutela, que orienta a revisão dos atos administrativos para o devido restauro da legalidade, está inserido na categoria dos princípios reconhecidos.
- c) a inserção de nome, símbolo ou imagem de autoridades em publicidade de atos, programas, obras, serviços ou campanhas de órgãos público fere o princípio da impessoalidade administrativa.
- d) O administrador público deve fazer o que a lei prevê e na forma por ela prevista, sob pena de decretação de nulidade do ato, por inobservância do princípio da legalidade.
- e) A busca de melhores resultados práticos, como menos desperdício nas atividades estatais, tem como informativo o princípio expresso da eficiência.

11) Quanto aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Conveniência e oportunidade são elementos nucleares do poder discricionário.
- b) O poder disciplinar da administração pública atinge apenas aos servidores públicos, não se estendendo a particulares, mesmo diante de relações contratuais, como as regidas pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- c) Nas hipóteses em que são admitidos os atos discricionários, assim definidos como aqueles em que o administrador atua com base no juízo de conveniência e oportunidade, não há qualquer vinculação a parâmetros legais.
- d) Nos atos considerados vinculados, o administrador não pode escolher sobre executar ou não o ato, mas tem liberdade de escolher a forma de sua execução.
- e) Os atos de delegação e avocação de atribuições administrativas defluem do poder regulamentar.

12) Quanto ao Poder Legislativo Municipal, analise as assertivas abaixo:

- I – A Câmara Municipal não tem personalidade jurídica e sim judiciária, e pode estar em Juízo defendendo os seus interesses institucionais, sendo representada, nesta hipótese, pelo seu Presidente.
- II – Uma das funções da Câmara Municipal é a função organizante e organizativa, traduzida na determinação constitucional para elaboração da Lei Orgânica Municipal.
- III – O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
- IV – As comissões parlamentares de inquérito, criadas pelo Poder Legislativo Municipal, detêm poderes compulsórios de investigação, e encontram fundamento constitucional na função fiscalizatória da Câmara Municipal.

Agora, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

13) Quanto às licitações e contratos públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A particularidade especial da modalidade de pregão reside na adoção parcial do princípio da oralidade, pois nas demais prevalece a manifestação formalizada mediante propostas e documentos escritos.
- b) Por ausência de regulamentação federal, ainda não foi adotada na Administração Pública a modalidade de pregão eletrônico, quando a sessão pública deve ser realizada por meio virtual.
- c) O princípio da vinculação ao edital significa que a Administração Pública e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação.
- d) Caracteriza-se a dispensa de licitação pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que pela particularidade do caso, a lei o define como não obrigatório, como na hipótese de constatação de calamidade pública.
- e) As hipóteses de dispensa de licitação são taxativas, ou seja, não podem ser ampliadas por ato do administrador público.

14) Quanto ao ato administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A diferença conceitual entre motivo e motivação do ato administrativo repousa na ideia de que naquele, tem-se a situação de fato, ao passo que nesta, tem-se a justificativa do pronunciamento tomado pela Administração Pública.
- b) Finalidade é o elemento pelo qual todo ato administrativo deve estar dirigido ao interesse do administrador.
- c) A autoexecutoriedade do ato administrativo, que tem como fundamento jurídico a necessidade de salvaguardar com rapidez e eficiência o interesse público, não poderá ser posta ao crivo do Poder Judiciário, sob pena de quebra do princípio constitucional da independência dos Poderes.
- d) A invalidação do ato administrativo opera *ex nunc*.
- e) Não é possível a revogação do ato administrativo por razões de oportunidade e conveniência.

15) São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, sem a necessidade de comprovação da chamada pertinência temática, **EXCETO**:

- a) O Presidente da República.
- b) A Mesa do Senado Federal.
- c) A Mesa da Câmara dos Deputados.
- d) O Procurador-Geral da República.
- e) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Conhecimentos Gerais e Legislação Federal e Municipal

As próximas oito questões devem ser respondidas de acordo com a Lei Orgânica do Município de Desterro do Melo

16) De acordo com o artigo 16, analise as afirmativas abaixo:

- I – A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- II – O Presidente da Câmara é o único que poderá convocar sessões extraordinárias
- III – Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- a) Apenas as I e II
- b) Apenas as I e III
- c) Apenas as II e III
- d) I, II, e III
- e) Apenas a III

17) Considerando o artigo 23, o mandato dos membros da Mesa:

- a) será de 02 (dois) anos, permitindo uma única recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura ou na seguinte.
- b) será de 04 (quatro) anos, permitindo uma única recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura ou na seguinte.
- c) será de 03 (três) anos, permitindo uma única recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura ou na seguinte.
- d) será de 02 (dois) anos, não sendo permitindo a recondução o mesmo cargo na eleição subsequente
- e) será de 04 (quatro) anos, não sendo permitindo a recondução ao mesmo cargo na eleição subsequente

18) “Art. 31. A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos auxiliares da administração municipal, importando crimes de responsabilidade a recusa ou não-atendimento no prazo de _____, bem como, prestação de informação falsa.”

Assinale a alternativa que preencha corretamente o texto acima de acordo com o artigo 31:

- a) 15 dias
- b) 60 dias
- c) 30 dias
- d) 45 dias
- e) 180 dias

19) Em consonância com o artigo 40, qual é o prazo máximo, de dias por sessão legislativa, que o vereador poderá licenciar-se para tratar, sem remuneração, de interesse particular

- a) 30
- b) 60
- c) 45
- d) 120
- e) 180

20) Está estabelecido no artigo 43 que a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- a) de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
- b) metade absoluta dos membros da Câmara Municipal
- c) maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal
- d) de 1/5 (um quinto) dos membros da Câmara Municipal
- e) quórum mínimo

21) O artigo 45 define que as leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das Leis Ordinárias.

De acordo com o Parágrafo único do artigo 45, serão leis complementares, dentre outras previstas na Lei Orgânica:

- I – Código Tributário do Município
- II – Código de Obras
- III – Código de Posturas
- IV – Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais
- V – Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas I, II e III
- b) Apenas I, II, III e V
- c) Apenas II, IV e V
- d) Apenas IV e V
- e) I, II, III, IV e V

22) De acordo com o art. 52, a matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta:

- a) de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
- b) metade absoluta dos membros da Câmara Municipal
- c) maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal
- d) de 1/5 (um quinto) dos membros da Câmara Municipal
- e) quórum mínimo

23) Em concordância com o art. 111, são de competência do Município os impostos sobre:

- I – propriedade predial e territorial urbana
- II – transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição
- III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II da Constituição Federal, definidos em lei complementar.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- a) Apenas as I e II
- b) Apenas as I e III
- c) Apenas as III e II
- d) I, II, e III
- e) Apenas a III

As próximas quatro questões devem ser respondidas de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Desterro do Melo

24) “Art. 1º, o Governo do Município, em sua função deliberativa é exercido pela Câmara Municipal, composta de _____ vereadores, eleitos na forma da lei, para um período de quatro anos.”

Assinale a alternativa que preencha corretamente o texto acima de acordo com o artigo 1º:

- a) 13
- b) 11
- c) 7
- d) 9
- e) 15

25) De acordo com o artigo 10, compete privativamente à Câmara Municipal:

- I – Eleger sua Mesa e constituir suas Comissões
- II – Fixar, até 30 (trinta) de setembro do último ano de legislatura para vigorar na legislatura seguinte, o subsídio e a ajuda de custo do Prefeito, e os subsídios dos Vereadores, observados, no último caso, os limites e os critérios da Constituição Federal.
- III – Julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, observados os seguintes preceitos: o parecer do Tribunal somente deixara de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara e rejeitadas as contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- a) Apenas as I e II
- b) Apenas as I e III
- c) Apenas as III e II
- d) I, II, e III
- e) Apenas a III

26) Concordando com o art. 11, compete ainda à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de interesse do Município, especialmente:

- I – Tributos, arrecadação e distribuição de rendas
- II – Abertura de créditos adicionais e operações de crédito
- III – Criação de cargos e fixação dos respectivos vencimentos
- IV – Concessão de isenção fiscal, subvenções a entidades e serviços de interesse público
- V – Normas urbanísticas, especialmente as relativas a zoneamento e loteamentos

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas I, II e III
- b) Apenas I, II, III e V
- c) Apenas I, II, IV e V
- d) Apenas II, IV e V
- e) I, II, III, IV e V

27) De acordo com o art. 125, o processo legislativo propriamente dito compreende a tramitação das seguintes proposições:

- I – Projeto de lei
- II – Projeto de resolução
- III – Veto à proposição de lei
- IV – Indicação
- V – Representação

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas I, II, III e V
- b) Apenas I, II e III
- c) Apenas II, III, IV e V
- d) Apenas I, III, IV e V
- e) I, II, III, IV e V

As próximas três questões devem ser respondidas de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil.

28) “O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de _____ dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.”

Considerando os preceitos do artigo 14, qual palavra preenche **CORRETAMENTE** o enunciado acima?

- a) trinta
- b) dez
- c) cinco
- d) quarenta e cinco
- e) quinze

Muito se tem falado sobre uma possível Reforma Administrativa, fato discutido e esperado, haja vista que a última Emenda Constitucional de robustez relativa aos preceitos da Administração Pública, no que tange aos servidores públicos civis, deu-se no ano de 1998. Até que se concretize tal reforma, o ordenamento constitucional em vigor são os estabelecidos, principalmente, nos artigos de 37 a 41. Considerando estes dispositivos, responda as duas próximas questões:

29) São princípios constitucionais explícitos, **EXCETO**:

- a) Legalidade
- b) Moralidade
- c) Publicidade
- d) Governança
- e) Impessoalidade

30) Analise as afirmativas abaixo:

- I – O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- II – Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- III – Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.
- IV – É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas I e IV
- b) Apenas II e IV
- c) Apenas II, III e IV
- d) Apenas I, III e IV
- e) I, II, III e IV

Ela abriu a janela e ali estava ele, diante da casa, caminhando de um lado para outro. Carregava um cartaz, cujos dizeres atraíam a atenção dos passantes: “Aqui mora uma devedora inadimplente.”

— Você não pode fazer isso comigo — protestou ela.

— Claro que posso — replicou ele. — Você comprou, não pagou. Você é uma devedora inadimplente. E eu sou cobrador. Por diversas vezes tentei lhe cobrar, você não pagou.

— Não paguei porque não tenho dinheiro. Esta crise...

— Já sei — ironizou ele. — Você vai me dizer que por causa daquele ataque lá em Nova York seus negócios ficaram prejudicados. Problema seu, ouviu? Problema seu. Meu problema é lhe cobrar. E é o que estou fazendo.

— Mas você podia fazer isso de uma forma mais discreta...

— Negativo. Já usei todas as formas discretas que podia. Falei com você, expliquei, avisei. Nada. Você fazia de conta que nada tinha a ver com o assunto. Minha paciência foi se esgotando, até que não me restou outro recurso: vou ficar aqui, carregando este cartaz, até você saldar sua dívida.

Neste momento começou a chover.

— Você vai se molhar — advertiu ela. — Vai acabar ficando doente.

Ele riu, amargo:

— E daí? Se você está preocupada com minha saúde, pague o que deve.

— Posso lhe dar um guarda-chuva...

— Não quero. Tenho de carregar o cartaz, não um guarda-chuva.

Ela agora estava irritada:

— Acabe com isso, Aristides, e venha para dentro. Afinal, você é meu marido, você mora aqui.

— Sou seu marido — retrucou ele — e você é minha mulher, mas eu sou cobrador profissional e você é devedora.

Eu lhe avisei: não compre essa geladeira, eu não ganho o suficiente para pagar as prestações. Mas não, você não me ouviu. E agora o pessoal lá da empresa de cobrança quer o dinheiro. O que quer você que eu faça? Que perca meu emprego? De jeito nenhum. Vou ficar aqui até você cumprir sua obrigação.

Chovia mais forte, agora. Borrada, a inscrição tornara-se ilegível. A ele, isso pouco importava: continuava andando de um lado para outro, diante da casa, carregando o seu cartaz.

(Fonte: https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/texto/cobranca/index.html)

31) Em relação ao texto acima, é **CORRETO** afirmar que se trata de um(a)

- a) poema em prosa.
- b) notícia de jornal.
- c) crônica literária.
- d) poema em verso.
- e) romance popular.

32) “Aqui mora uma devedora **inadimplente**.”

Assinale a alternativa em que as palavras preenchem **CORRETAMENTE** os espaços em branco relacionados à palavra destacada no trecho acima, transcrito do texto, na mesma ordem em que se encontram.

A palavra é de natureza _____, exprimindo uma _____ do termo “_____”.

- a) substantiva – característica – devedora
- b) adjetiva – qualidade – devedora
- c) adjetiva – circunstância – mora
- d) adjetiva – característica – aqui
- e) substantiva – circunstância – mora

33) “— Você vai se molhar — **advertiu** ela.”

A palavra destacada no trecho acima, transcrito do texto, é **SINÔNIMA** de

- a) “reduplicar”.
- b) “admoestar”.
- c) “praguejar”.
- d) “insultar”.
- e) “desejar”.

34) “O que⁽¹⁾ quer⁽²⁾ você⁽³⁾ que⁽⁴⁾ eu⁽⁵⁾ faça⁽⁶⁾?”

O período acima, composto pelos termos devidamente numerados, encontra-se em ordem inversa. Assinale a alternativa em que a disposição dos termos, de acordo com a sua indicação numérica, apresenta a sua ordem direta ou natural.

- a) 1 – 3 – 2 – 4 – 6 – 5
- b) 4 – 5 – 6 – 1 – 3 – 2
- c) 4 – 5 – 6 – 1 – 2 – 3
- d) 3 – 2 – 4 – 5 – 6 – 1
- e) 3 – 2 – 1 – 4 – 5 – 6

35) Analise atentamente as duas orações abaixo, transcritas do texto:

- (I) “Aqui mora uma devedora inadimplente.”
- (II) “Você é uma devedora inadimplente.”

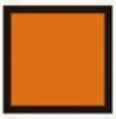
Em relação ao termo “uma devedora inadimplente”, é **CORRETO** afirmar que

- a) em (I) e em (II) ele exerce a mesma função sintática.
- b) em (I) ele exerce a função de predicativo do sujeito, e em (II) exerce a função de sujeito.
- c) em (I) ele exerce a função de objeto direto, e em (II) exerce a função de sujeito.
- d) em (I) ele exerce a função de objeto direto, e em (II) exerce a função de predicativo do sujeito.
- e) em (I) ele exerce a função de sujeito, e em (II) exerce a função de predicativo do sujeito.

Raciocínio Lógico

36) Analise atentamente a tabela abaixo, em relação às suas linhas e colunas. A seguir, assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** o espaço do sinal de interrogação, de acordo com a lógica estabelecida.

		
	?	
		

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

37) Analise as asserções abaixo, de acordo com a soma do valor atribuído a cada letra do alfabeto da língua portuguesa:

COLA = 62
 FILA = 56
 PERA = 80

Qual o valor **CORRETO** a ser atribuído para ESTUDO?

- a) 152
- b) 168
- c) 99
- d) 84
- e) 52

38) Considere as seguintes proposições:

- Somente filhas de orks são rags
- Antônia é rag
- Maria é uma ork
- Bete é filha única de Maria

De acordo com as proposições acima, é **CORRETO** afirmar que

- a) Maria é rag.
- b) Antônia e Bete são orks.
- c) todas as filhas de rags são orks.
- d) existe pelo menos uma ork diferente de Maria.
- e) não existe nenhuma outra rag além de Bete e Antônia.

39) Observe a sequência de letras e números presente na placa abaixo. A seguir, responda o que se pede:



Mantendo-se os mesmos números da placa e utilizando todas as letras disponíveis no alfabeto da língua portuguesa, quantas outras sequências seria possível obter, sem repetir nenhuma letra?

- a) 358.800
- b) 212.520
- c) 212.519
- d) 358.799
- e) 421.199

40) Analise atentamente a sequência numérica abaixo e, a seguir, assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** o espaço das reticências.

$$22^0 - 3 - \sqrt{36} - 0,1^{100} - 15 - \dots$$

- a) 21
- b) 20
- c) 19
- d) 18
- e) 17